



Autor(es)

Arthur De Sousa Fernandes

Suely Botelho Roque Dias

Letícia Dos Santos De Souza Siqueira

Railany Dias Azevedo

Carine Monteiro De Lima Policarpio

Jennifer Da Silva Nascimento

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE IPATINGA

Resumo

O presente trabalho, procurou abordar a regularização fundiária no Brasil através de uma análise da Lei 13.465/2017 regulamentada pelo do Decreto Lei nº 9.310/18, sob a perspectiva constitucional do direito à moradia. O artigo apresenta o arcabouço jurídico da lei e destaca a importância do direito à moradia como um dos pilares dos direitos fundamentais. Em seguida, destaca os pontos relevantes da Lei 13.465/2017, enfatizando suas disposições relacionadas à regularização fundiária de interesse social, bem como os procedimentos e critérios estabelecidos por ela. E destaca a REURB como uma alternativa para o alcance da dignidade por meio do direito à moradia e o bem estar social. O método de pesquisa utilizado foi o hipotético-dedutivo, por meio de consultas a livros, periódicos, artigos, produções e sites de instituições.